

P A R E C E R

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data 03/09/98
cod 53000049

O presente parecer é relativo aos seguintes projetos de pesquisa:

a) "Projeto de pesquisa sociolinguística visando o ingresso nas tribos Nukuini, Poyanawa, Amawaka, Kaxinawa, Papavô, Matis e Arara do Acre".

Responsável: Isaac Costa de Souza

Realizadores: Daniel Fabrício e Vera Marsi Fabrício

b) "Projeto de pesquisa sociolinguística visando o ingresso nas tribos Witoto, Kokama e Miranha".

Responsável: Isaac Costa de Souza

Realizador: Edilson Renzetti

c) "Projeto de pesquisa sociolinguística visando o ingresso na tribo Suruí do Pará"

Responsável: Isaac Costa de Souza

Realizador: Edilson Renzetti

d) "Projeto de pesquisa visando a análise da língua Makú-Hupda"

Responsável: Isaac Costa de Souza

Realizadores: Elias Coelho de Assis e Lenita de Paula Souza Assis

Com o objetivo de permitir uma melhor visualização das considerações feitas, o presente parecer foi organizado em quatro tópicos:

1. Avaliação dos projetos referidos em a) e b), porque se caracterizam como sociolinguísticos

2. Avaliação dos projetos referidos em c) e d), porque privilegiam a fonologia.

3. Comentário crítico do relatório sobre o estudo realizado

na aldeia Assurini do Trocará, porque é apontado em três dos projetos, aqui considerados, como exemplo de pesquisa a ser realizada.

#### 4. Avaliação final.

1.0. Avaliação do "Projeto de pesquisa sociolinguística visando o ingresso nas tribos Nukuini, Poyanawa, Amawaka, Kaxinawa, Papavô, Matis e Arara do Acre" e do "Projeto de pesquisa sociolinguística visando o ingresso nas tribos Witoto, Kakama e Miranha".

##### 1.1. A natureza sociolinguística dos projetos

Os projetos supra-citados se propõem a fornecer um quadro da situação linguística em comunidades indígenas. Desse ponto de vista, os projetos poderiam ser caracterizados como sociolinguísticos. Há, no entanto, considerações que precisam ser feitas em relação à pretendida qualificação sociolinguística dos mesmos.

Os projetos em questão têm como implícito a busca de uma relação língua e sociedade, a partir do exame das relações entre o português e as línguas indígenas nas referidas comunidades. No entanto, não fica demonstrada nenhuma preocupação em realizar um trabalho sociolinguisticamente relevante que tenha como objetivo descrever e analisar as comunidades consideradas enquanto organizações sociais definidas, dotadas de padrões de comportamentos linguísticos identificáveis. Ao contrário, os projetos tomam por dado a existência de bilingüismo português - línguas indígenas e como tarefa, a quantificação desse bilingüismo. Em termos sociolinguísticos, não há muito a esperar desse tipo de proposta. Trata-se de projetos de pesquisa que se caracterizam por procedimentos tautológicos, sem intenção de produzir uma descrição e/ou uma análise do comportamento

lingüístico das comunidades envolvidas.

A qualidade dos projetos parece também comprometida quando consideramos o que está exposto em suas introduções. Assim é que ao se lamentar a falta de informações lingüísticas gerais sobre as línguas indígenas em questão, aponta-se a "falta de dados sobre a situação de uso dessas línguas em sua matriz social": imagina-se o que tal frase (citada entre aspas) possa significar, mas o fato é que, redigida dessa forma, fica patente uma clara inabilidade em manipular uma terminologia especializada, e academicamente aceitável. Na mesma introdução, ao se explicitarem exemplos de informações sociolingüísticas relevantes, é apontada a necessidade de se obterem dados sobre o grau de bilingüismo para os grupos que estejam "preferindo" (sem aspas nos textos) o português. Sendo um projeto sociolingüístico, é indescupável que em pesquisador suponha, tão engenuamente, tal comportamento por parte de uma comunidade. Escolhas lingüísticas são, normalmente, relacionáveis a questões de natureza político-social.

## 1.2. A metodologia adotada

Os projetos indicam que farão, inicialmente, uma análise lingüística que irá "servir de base para a verificação da inteligibilidade dialetal entre as comunidades pesquisadas" (item 2. Metodologia). Essa tarefa inicial não é tão simples como se quer fazer parecer: as línguas indígenas em questão carecem de descrições e de estudos histórico-comparados (fato indicado na introdução dos projetos). Além disso, não é nada óbvio a utilização do "critério de inteligibilidade dialetal", ainda que se disponha de estudos amplos sobre as línguas. A literatura lingüística disponível é bastante cuidadosa a esse respeito.

Os projetos pretendem também verificar o grau de bilingüismo nas comunidades indígenas a partir da aplicação de testes. A opção metodológica manifestada é bastante questionável no campo da sociolingüística. Como crítica geral, apontamos o

fato de que a situação de teste provoca resultados equivocados e distorcidos em qualquer comunidade do mundo. As situações de teste são autoritárias e artificiais e, fundamentalmente, constroem uma situação em que:

- o pesquisador, munido de pré-conceitos, hipóteses, pressupostos, etc, procura ratificar suas pretensões iniciais;
- o pesquisado deve responder ao que lhe é proposto, cabendo-lhe, na situação, o papel de preencher os itens de um roteiro pré-definido.

Toda situação de teste incorpora uma relação assimétrica entre pesquisador e pesquisado que compromete seriamente a compreensão do fenômeno que se pretende estudar. No caso do fenômeno lingüístico, obtêm-se, como resultado, falas fragmentadas, inseguras, desorganizadas, que não correspondem a nenhuma situação comunicativa real.

Finalmente, a utilização de testes, por estar geralmente associada à crença no parâmetro quantitativo, leva a tomar os resultados obtidos como definitivos e verdadeiros, como se todo o processo de obtenção de dados fosse um processo neutro, científico, desprovido de qualquer a priori.

No caso dos projetos em questão, os testes indicados caracterizam-se, formalmente, por um alto grau de imprecisão. Assim, temos, por exemplo, o teste A.O:

... "Faz-se perguntas a um nativo, considerado pela comunidade como sendo altamente bilíngüe, a respeito do grau de conhecimento que outro nativo possa ter da segunda língua." (item 2.1. Teste).

Ou ainda, o teste T.R.S.:

"A pessoa em pesquisa ouve uma série de sentenças na segunda língua e após, cada uma delas, usa o melhor de sua habilidade para repetir as sentenças também na segunda língua." (item 2.1. Testes).

Diante das formulações acima, ficam algumas questões: que perguntas são feitas? o que é ser altamente bilíngüe? (teste A.O.); que sentenças? o que é a melhor habilidade para repetir as

sentenças? (teste T.R.S.).

Particularmente preocupante é o teste para medir a competência em português: trechos narrativos, expositivos, etc. (item 2.1. Testes). Teste desse tipo são problemáticos mesmo se realizados com indivíduos falantes nativos de português porque muitas variáveis são confundidas - conteúdos referenciais dos textos, estruturas lingüísticas próprios da escrita, familiaridade com os estilos de escrita, etc - e não se consegue, efetivamente, avaliar nada.

Chama a atenção o fato de que a observação (item 2.1.6.) é considerada como "o método mais indireto, o mais subjetivo e mais difícil de interpretar". Quanto à interpretação, é óbvio que esta é a parte mais delicada de qualquer pesquisa. O ponto relevante aqui é que, dado o parâmetro quantitativo dos projetos, o método da observação fica caracterizado como pouco seguro quando é, na verdade, extremamente valioso para orientação de qualquer pesquisa.

O teste sugerido como "Provas de inteligibilidade" carece de fundamento. Parece muito estranho que em teste procure obter o grau de conhecimento na língua materna. Ou a língua é materna, ou não é. Além disso, saber traduzir é uma habilidade independente da capacidade em utilizar uma língua.

O teste das redes sociais, tal como está esboçado, não faz sentido. Por exemplo: "A rede social é considerada de alta densidade se as pessoas que se relacionam com o ego (isto é, sua família) também se relacionam entre si." (item 2.1.8.).

### 1.3. O roteiro de trabalho

O roteiro de trabalho indicado deixa muitas dúvidas em relação ao que vai ser, efetivamente, feito. Por exemplo:

- "3.1.7. História do povo": Diz respeito à coleta de mitos, de textos da tradição oral, em geral?

- "3.2.4. Atitudes lingüísticas - (3) Desejo por literaturas na língua materna": Diz respeito à pretensão de

detectar o desejo dos índios de serem alfabetizados? Aposta um objetivo secundário da pesquisa, o de introduzir a escrita na comunidade?

2.0. Avaliação do "Projeto de pesquisa sociolinguística visando o ingresso na tribo Suruí do Pará" e do "Projeto de pesquisa visando a análise fonológica da língua Makú-Hupda".

### 2.1. Suruí do Pará

O projeto relativo aos Suruí do Pará pretende fazer um levantamento sociolinguístico idêntico ao apresentado nos dois outros projetos discutidos em 1., e também uma descrição fonológica do Suruí. É bastante questionável que um projeto que se diga sociolinguístico ruína tais objetivos. Nesse sentido, não seria injusto desqualificá-lo como projeto sociolinguístico.

Do ponto de vista sociolinguístico, valem, para esse projeto, as críticas feitas a propósito dos dois outros projetos referidos em 1.

Com relação ao objetivo de descrição fonológica, cabe fazer algumas observações. Inicialmente, chama a atenção a confusa relação do que se pretende fazer (V. o parágrafo "Em relação ao sistema sonoro da língua... À análise... de consoantes e vogais da língua"). Em termos bem diretos: o projeto pretende, utilizando o modelo de Pike, fazer a descrição fonética e a análise fonológica do Suruí. O projeto aponta também que "... pelas próprias limitações de início de pesquisa, o estruturalismo será o aparato teórico subjacente à análise" (ítem Metodologia) e que os dados obtidos "poderão ser analisados de outra perspectiva teórica por outros pesquisadores." (ítem Metodologia). Podemos detectar aí o pressuposto, no mínimo, discutível de que o estruturalismo é adequado a situações de início de pesquisa. Ao lado disso, há também a suposição ingênua de que é simples a utilização de dados coletados com base em um quadro teórico-determinado, por pesquisadores dotados de perspectivas teóricas

distintas.

## 2.2. Makú-Hupda

O objetivo do projeto é fazer uma descrição preliminar da fonologia da língua Hupda. As observações feitas, a propósito dessa questão, sobre o projeto Suruí valem integralmente para o projeto Makú-Hupda.

Na parte relativa à metodologia há referências à "coleta de dados relevantes do ponto de vista sociolinguístico" e à "utilização do método de observação e/ou participação nas diversas situações e atividades culturais". Aparentemente, ocorre uma duplicidade de objetivos que não combinam bem, como foi apontado para o projeto Suruí. Além disso, fica difícil vislumbrar que dados sociolinguísticos podem ser obtidos a partir do método (que não é explicitado) indicado.

Vale chamar a atenção para um item relacionado nas "Etapas do trabalho de campo".

" - de acordo com o interesse do povo, desenvolver uma ortografia experimental que seja relevante para um possível programa de alfabetização, etc."

Diante do fato apontado acima, cabe observar que a disposição de elaborar uma ortografia (ainda que experimental) encontra-se, no mínimo, deslocada na organização do projeto. Ou seja, o trabalho de elaborar uma ortografia não é uma tarefa simples, eminentemente técnica, desligada da necessidade de definir uma política linguística para uma comunidade. Ao contrário, essa é uma questão tão séria e complexa que por si só requeria um projeto específico. Cabe, então, perguntar se o projeto por estar mal organizado sugere um estatuto secundário a um objetivo implícito ou se desconhece a dimensão real da proposta de desenvolver um sistema ortográfico para um possível programa de alfabetização.

## 3. Comentário crítico do relatório sobre o estudo realizado

na aldeia Assurini do Trocará.

O relatório do estudo feito entre os Assurini do Trocará se presta a questionamentos sérios no que diz respeito, de um lado, à concepção de língua manifesta e, de outro lado, à organização de pesquisa, à metodologia utilizada, aos resultados obtidos e às recomendações feitas. Uma breve observação também não pode deixar de ser feita em relação à má redação geral do texto, e a certos usos impróprios de linguagem técnica da lingüística. A título de exemplo, apontamos:

- "O grau de bilismo predominante varia." (2. Grau de bilingüismo).

- "Os jovens também têm como língua\_oficial o Português".  
(1.b Uso do português).

### 3.1. Concepção de língua

Como questionamento geral, gostaríamos de apontar que o presente relatório manifesta uma equivocada concepção de língua, e, em consequência, de língua materna. Se língua (em termos bem gerais) é o sistema comunicativo utilizado por uma comunidade em suas interações sociais, o relatório nos coloca diante do problema de uma comunidade sem língua: não se fala bem o português, nem se fala bem a língua indígena. Em resumo, a comunidade dos Assurini é lingüisticamente deficitária - um caso desconhecido na literatura lingüística. Ou então há incorreções de toda ordem envolvidas no trabalho.

Em contextos sociais bilíngües e plurilíngües, a definição de língua materna não é uma coisa óbvia. A literatura especializada utiliza por exemplo o critério de domínios de uso (por ex. domínios públicos x domínios privados, comunicação intra-étnica x inter-étnica; situações formais x informais, etc.), ou então o critério da ordem de aquisição (primeira língua aprendida em relação às outras), por exemplo. No caso do presente relatório, descreve-se uma situação incompreensível. Assim é que, no item "1.a Uso da língua materna", há a seguinte observação:



"A comunidade é composta em sua maioria por crianças de 0 a 12 anos. Notamos que elas não falam a língua materna..." Aparentemente, o pesquisador quis dizer que as crianças não falam o Assurini e, portanto, não têm o Assurini como língua materna. A observação referida do relatório tem um alcance sério quando a comparamos com os resultados dos testes, em que as crianças obtêm nível 3 de inteligibilidade em português (o nível 5 é o mais alto) e nível 0 em assurini (V. Resultados do levantamento). O que se depreende, imediatamente, é que há um equívoco conceitual no emprego da expressão língua materna. Ou então, estamos diante de um caso em que um subconjunto (majoritário, segundo o relatório) de uma comunidade não só não dispõe de um instrumento adequado de comunicação, como também não possui uma língua materna.

### 3.2. Organização da pesquisa.

O relatório aponta os seguintes objetivos:

1. Uso da língua materna e do português por faixa etária.
2. Grau de bilingüismo.
3. Grau de inteligibilidade.
4. Uso do português e da língua materna por domínio e por rede.
5. Atitudes para com a língua materna.
6. Nível de aculturação.
7. Sobrevivência do vernáculo.

Os objetivos acima referidos configuram muito mais um conjunto de pressupostos do pesquisador do que objetivos propriamente ditos de um estudo a ser realizado. Não há preocupação em caracterizar a comunidade Assurini do ponto de vista de seu comportamento lingüístico ou de seus padrões de fala socialmente relevantes - o que permitiria visualizar o lugar ocupado efetivamente pela língua Assurini no repertório verbal da comunidade Assurini do Trocará. Os objetivos apontados sugerem na verdade, um roteiro de questões de interesse, muito localizadas,

para o pesquisador.

### 3.3. Metodologia

Na avaliação dos projetos referidos em 1, já foram apresentadas críticas à utilização de testes na pesquisa sociolinguística que se aplicam integralmente ao caso Assurini. Mas, como no presente relatório há um pouco de detalhamento dos testes utilizados, cabe fazer outros comentários. Vale chamar a atenção, particularmente, para os níveis de bilingüismo (pgs. 7 e 8) indicados. Inicialmente, observa-se que, com exceção do nível 0, a caracterização dos níveis (do 0 + até ao nível 5) é feita com base em critérios subjetivos e dificilmente operacionalizáveis. Além disso, não fica explicitado se o pesquisador domina a língua indígena ou se depende da avaliação de falantes nativos do Assurini (ou de alguém que conheça muito bem o Assurini).

Ainda com relação à metodologia, merece destaque o meio utilizado para a aferição da inteligibilidade em português: leitura de trechos da Bíblia (ainda que seja em "linguagem de hoje"). Não só este meio é inadequado para aferir a compreensão de qualquer falante de português - mesmo falante nativo - como envolve questões de conteúdos culturais, particularmente religiosos, estranhos à comunidade assurini. Considero extremamente prejudicial que uma atividade de pesquisa linguística utilize material de natureza religiosa - a esse respeito, é possível afirmar que a maioria dos linguistas está de acordo sobre essa questão.

### 3.4. Resultados obtidos, conclusões, recomendações

Os resultados dos testes apontam uma situação surpreendente do ponto de vista sociolinguístico:

- há apenas um indivíduo bilíngue (ou com o "mais alto grau

de bilingüismo", nos termos de pesquisador);

- crianças e jovens com domínio médio em português (nível 3) e reduzidíssimo em Assurini (nível 1);

- adultos com domínio médio em português e em assurini (nível 2);

- velhos com domínio reduzidíssimo em português (nível 1) e médio em assurini (nível 3).

Tais resultados provocam uma grande perplexidade: estamos diante de uma comunidade que, decididamente, não tem como interagir socialmente porque não dispõe de um sistema comunicativo oral, comum às diferentes gerações. Ou então, a metodologia utilizada, decorrente de pressupostos teóricos questionáveis, produziu resultados absurdos.

Diante dos resultados obtidos, o relatório conclui que os Assurini estão em processo de perda da língua assurini. Essa conclusão, na verdade, é tímida diante do que foi apontado. Aparentemente, só os velhos são produtivos em Assurini, e como estes são minoria (segundo o próprio relatório: V. 1a Uso da língua materna) parece mais lógico concluir que o assurini é língua minoritária na comunidade Assurini.

As recomendações feitas no relatório são particularmente preocupantes. Inicialmente, deve-se notar que não há como relacioná-las ao bojo da pesquisa (ou estudo, nos termos do próprio relatório), pelo menos do ponto de vista de um trabalho científico sério. Assim é que a recomendação feita para os pais falem Assurini e o ensinem aos filhos ultrapassa o escopo e a atribuição de qualquer trabalho, estudo, pesquisa, de natureza lingüística (ou sociolingüística). Além disso, cabe perguntar: quem vai fazer essa recomendação? e munido de que autoridade? Mas, o mais grave são os três pontos seguintes: um prazo para que a recomendação anterior seja seguida, findo o qual, o destino dos assurini estará selado. Ou seja:

- caso os pais estejam ensinando Assurini aos filhos, inicia-se um projeto de ensino (alfabetização? escolarização?) em Assurini;

- caso a recomendação não esteja sendo seguida, deve "deixá-los como estão." (p.10).

Diante do exposto acima, é impossível deixar de colocar questões do tipo:

- "Por que o prazo de cinco meses?
- Por que relacionar a valorização da língua Assurini (como caso de os pais seguirem a recomendação) e um projeto de ensino?
- O que significa "deixá-los como estão"? Que deve "deixá-los como estão"?

Não há respostas adequadas e confiáveis para essas perguntas. Tal constatação nos permite colocar em questão o conjunto do estudo realizado no seu aspecto mais significativo: a sua qualidade.

#### 4. Avaliação final

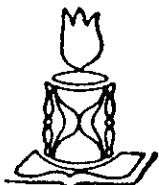
Diante do conjunto de problemas levantados aqui, segue-se, naturalmente, uma avaliação negativa dos projetos que me foram submetidos.

Campinas, 15 de junho de 1992

*Tania Maria Alkmim*

Tania Maria Alkmim

Profª Drª do Departamento de Linguística  
Instituto de Estudos da Linguagem  
Universidade Estadual de Campinas

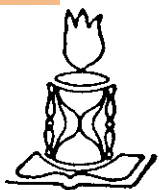
Parecer

Sobre o conjunto de pesquisas sobre línguas indígenas a ser desenvolvido por terceiros sob a responsabilidade de Isaac Costa de Souza.

Ainda que sejam urgentes as pesquisas sobre línguas indígenas no Brasil e que sejam bem formulados, em termos do levantamento proposto, o projeto em exame, cabem algumas considerações que sugerem uma avaliação mais detida do material e, talvez, uma revisão da decisão final do CNPq. São elas:

1º) Os textos do projeto não demonstram conhecimentos, por parte de seus autores e de seu responsável, da literatura etnológica sobre o povo e culturas indígenas cujas línguas pretende-se pesquisar. Tal conhecimento é imprescindível tanto em termos da conduta em campo quanto para o fins da própria pesquisa, já que são sabidamente comprovadas as íntimas relações entre língua, cultura e sociedade;

2º) Não há evidências, no projeto, de familiaridade com pesquisas linguísticas anteriormente realizadas entre os grupos indígenas respectivos nem, na maioria dos casos, análise crí-



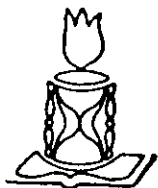
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
Rua do Lago, 717 - C.P. 8.105 - CEP 05508 - Cidade Universitária - São Paulo (SP)

tica da produção de outros pesquisadores dessas mesmas línguas. Espera-se que todo projeto de pesquisa apresente o "estado da arte" no campo de sua atuação, tanto para demonstrar o preparo do pesquisador como para garantir a originalidade do trabalho proposto e mesmo a sua relevância.

35) Não há, nos projetos, considerações sobre relações sujeito-objeto em pesquisas empíricas nem de como os pesquisadores se posicionam a respeito. Trata-se, porém, de tema de reflexão absolutamente necessário em pesquisas empíricas que envolvem investigações de longo prazo e que exigem inserção profunda dos pesquisadores na vida das aldeias indígenas.

45) De acordo com padrões acadêmicos amplamente aceitos seria muito recomendável que o coordenador ou o responsável pelo trabalho de equipe de pesquisa tão numerosa e que atuará em situações empíricas tão variadas fosse detentor, no mínimo, do título de doutor. Nota-se, porém, que o pesquisador responsável pelo conjunto do trabalho detém apenas o título de Mestre, não havendo, no material, justificativa para tal procedimento, aceitável, e certo, em alguns casos, dada a sua excepcionalidade. Não há, no conjunto dos projetos, porém, dados que fundamentem essa possibilidade.

55) A identidade antiga de pesquisador-missionário que o projeto deixam perceber já foi



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
Rua do Lago, 717 - C.P. 8.105 - CEP 05508 - Cidade Universitária - São Paulo (SP)

objet de profundo debate por instituições acadêmicas de relevo no cenário nacional. Suas manifestações contrárias a tal atitude, que permite a ação missionária sob as atividades de pesquisa, deveriam ser atentamente consideradas por instituições do porte do CNPq, antes que qualquer apoio financeiro pudesse ser decidido.

São Paulo, 22 de junho de 1992

MHL

Profs. Dra. Maria Azevedo da Silva  
Dept. de Antropologia - FFCH  
Universidade de S. Paulo.

Os quatro projetos de pesquisa apresentados por membros da Associação Lingüística Evangélica Missionária (ALEM) , que foram submetidos ao CNPq, padecem de uma falha acadêmico - científica básica: propostas genéricas e inôcuas, oriundas da falta de uma teoria lingüística ou sociolingüística explícita e sólida que forneça uma diretriz capaz de produzir resultados aproveitáveis e válidos.

A análise que faremos a seguir demonstra essa avaliação inicial.

1. Os projetos abrangem uma vasta área geográfica que se estende pelas bacias dos rios Negro (afluentes Papuri e Tiquiê) , Solimões, Japurá e Tocantins. Objetiva estudar 12 grupos indígenas, focalizando representantes das famílias Tupí-Guaraní, Pâno, Witôto e Makú. Os grupos a serem pesquisados se encontram nas mais variadas situações de contato e relações com a sociedade nacional e indígenas e, como envolve representantes de 4 famílias lingüísticas, variadas tipologias estão aí representadas.

É, pois, um projeto ambicioso e complexo, uma vez que 3 dos projetos se inscrevem na área da sociolingüística o que implica a conjugação de fatores lingüísticos e sociais. Para tal conta com uma equipe de 7 pessoas, coordenada por Isaac Costa de Souza, o único a possuir uma formação acadêmica, sendo portador do título de Mestre em Lingüística conferido pela UNICAMP.

Os demais integrantes da equipe possuem uma formação incipiente, tendo uma " especialização " em curso oferecido pela própria entidade religiosa proponente, curso êsse que reuniu alunos das mais variadas procedências profissionais.

Ignora-se o reconhecimento desse curso pelas instituições acadêmicas ou mesmo pela comunidade lingüística nacional.

O primeiro contra-senso acadêmico-científico do Projeto aí reside: um Mestre em Lingüística será o coordenador e orientador de 7 pessoas que trabalharão com 12 grupos indígenas de famílias diferenciadas, algumas pouco conhecidas, carga essa considerada excessiva até mesmo para um doutor com lar-



ga experiência em pós-graduação.

A falta de inserção da equipe no mundo acadêmico se evidencia em seu desconhecimento dos trabalhos em realização com os grupos que irão estudar. Assim há uma tese de doutorado que tem como tema a descrição de língua Kaxinawá e outra de mestrado que focaliza a língua dos Matís, fatos êsses ignorados pelos proponentes. Também ignoram o montante de trabalho já existente sobre o Asuriní do Trocará, muitos deles já publicados ou apresentados em Congressos, conforme se verá em 4. Observe-se que todos esses projetos tiveram o apoio e financiamento do CNPq.

2. Dos quatro projetos apresentados, três seguem o mesmo padrão e objetivam estudar em moldes idênticos o grau de bilingüismo de línguas ou dialetos Pâno, Tupí-Guaraní e Witôto. Apenas uma tem um objetivo primordialmente lingüístico, visando a descrever a fonologia Hupda. Iniciarei a avaliação do importe dos projetos pela análise da proposta de descrição da fonologia Hupda.

Um dos membros do casal que se encarregará da pesquisa já teve um período de campo de 45 dias, tendo colhido dados e preenchido o Formulário dos Vocabulários Padrões para Estudos Comparativos Preliminares nas Línguas Indígenas Brasileiras. Quarenta e cinco dias de campo, se bem aproveitados, é tempo suficiente para uma pesquisador treinado oferecer ao mesmo um quadro preliminar dos fones e fonemas da língua e apresentar um novo projeto partindo de algumas premissas e hipóteses a serem averiguadas. Nada disso se encontra no projeto apresentado. Os autores se propõem a fazer "observações e sistematizações sobre a fonologia" e dizem que "o estruturalismo será o aparato teórico subjacente à pesquisa". Também se comprometem a descrever "a fonologia a partir de níveis menores como os segmentos sonoros (fonemas) até os níveis mais altos como pé (palavra fonológica) e contorno". E mais "De acordo com o interesse do povo desenvolver uma ortografia experimental que seja relevante para um programa de alfabetização, etc." (O etc. é do texto do proponente).

Para desideratos tão vagos e parcos solicita-se dois anos de

permanência no campo.

Ora tudo indica, embora não seja dito, que será seguido o modelo pikeano em voga na década dos anos 60 e utilizado pelo Summer Institute of Linguistics no início de seu trabalho no Brasil.

Para tal dois anos é um tempo excessivo, sendo seis meses mais do que suficiente, pois apenas se almeja um inventário dos sons contrastivos com seus alofones, uma listagem dos padrões silábicos e um pouco dos supra-segmentais. Isso é suficiente para o estabelecimento de uma ortografia preliminar.

Há equívocos lamentáveis, tais como confundir pé com palavra fonológica, escolher o estruturalismo (qual deles?) para abordar fenômenos supra-segmentais como pé e contorno, embora eu não saiba o que este último rótulo signifique. Já foi sobejamente demonstrado a inadequação dos modelos fonológicos oriundos do estruturalismo ou do gerativismo clássico para uma representação de fenômenos fonológicos não-lineares. Além disso os Autores ignoram trabalhos já realizados na Colômbia com os Makú que poderiam muito bem servir de base para uma comparação.

O projeto é, pois, mal-construído, para não se dizer, primário. O tempo solicitado para permanência no campo para realização de uma pesquisa com desideratos tão exíguos é demasiadamente longo.

3. A avaliação dos projetos sócio-lingüísticos não muda em nada a superficialidade das investigações.

Conforme já se disse, um trabalho sócio-lingüístico exige a conjugação de um aparato e conhecimento lingüístico e sociológico. Com grupos dos quais quase nada se conhece, qualquer pesquisa que almeje resultados de algum alcance necessita de um longo período de campo. Paradoxalmente, nesses casos o período de permanência proposto é de 8 a 10 dias.

O objetivo é a aplicação mecânica de alguns testes para medir quantitativamente os graus de bilingüismo dos grupos. Não estão explícitos nem a finalidade ou uso a ser dado aos re-

sultados nem como eles serão acessíveis à comunidade lingüística ou antropológica. E nada há que resulte em informação lingüística que venha a cobrir as grandes lacunas que se têm das línguas em alvo. É bem verdade que se promete que "uma análise lingüística será efetuada a fim de servir de base para a verificação da inteligibilidade dialetal" (p.87). A vaguidão dos propósitos mais uma vez se instaura. Que análise lingüística ? Fonológica ? Morfológica ? Vocabular ? Sintática ? Qual o modelo ? Teremos resultados descritivos que sirvam para um melhor conhecimento das línguas estudadas ? Mais uma vez nada se explicita. A única indicação que se tem é a de que serão coletadas "palavras isoladas e algumas frases na língua materna" (p.87). Tal prática de há muito está superada, segundo qualquer parâmetro teórico, e em nada modifica o que se tem historicamente como documentação das línguas indígenas: vocabulários aleatórios, frases descontextualizadas e também aleatórias. O aproveitamento para uma análise lingüística de dados dessa natureza é praticamente nulo.

Foi contra esse estado de coisas e para corrigir essa situação de assistemática de dados lingüísticos que se gestou o Programa Científico de Pesquisa com Línguas Indígenas Brasileiras sob a égide do CNPq e coordenação do Dr. Aryon Dall'Igna Rodrigues. E o que se vê agora é a repetição de tudo o que se queria corrigir.

4. Há, porém, referendando e consubstanciando os projetos, o relatório sobre pesquisa com os mesmos propósitos e seguindo o mesmo modelo realizada entre os Asuriní do Trocará, relatório esse que é citado como modelo a ser atingido e atestado de proficiência da equipe, servindo, portanto, de base para que se avalie o tipo de conhecimento a ser produzido.

Do ponto de vista lingüístico dispõe-se para o Asurini do Trocará de material de boa qualidade, oriundo de pesquisas realizadas por membros do Summer Institute of Linguistics e por uma doutoranda da UNICAMP. Uma tese está sendo preparada, segundo as diretrizes da teoria gerativa, na qual se avalia a propriedade do parâmetro de língua de argumentos pronominais, proposto por E. Jelinek, como uma explicação para a or-

na Linguagem Hoje. A constatação é de que "90% das crianças e jovens entenderam perfeitamente". Daí a sugestão de "deixá-los como estão", após a tentativa de exíguos cinco meses de reversão lingüística: não há necessidade alguma de traduzir a Bíblia para o Asuriní. Como há nos testes toda uma parte de compreensão lexical, basta adaptar um pouco os Livros Sagrados ao vocabulário regional. Essa indução me parece evidente, flagrante e lógica.

5. Fique claro que não julgo que uma entidade missionária deva ter qualquer imperativo de qualidade científica-acadêmica. Ela tem é que ser eficiente em seu proselitismo religioso e converter o maior número de pessoas a seu credo.

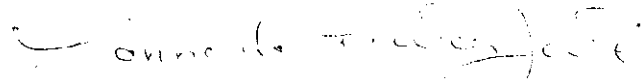
No entanto, os critérios mudam quando o projeto é executado sob a égide e consentimento de uma entidade pública e oficial brasileira. Mais ainda, uma entidade que se propõe ao desenvolvimento da pesquisa científica, o Conselho Nacional para Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Como já se disse, havia o compromisso firmado entre o CNPq e a comunidade acadêmica, compromisso esse referendado e apoiado por associações científicas como a Associação Brasileira de Lingüística (ABRALIN), a Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Lingüística (ANPLL) e a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) de se promoverem projetos que visassem a produzir um conhecimento descritivo novo e renovador das línguas indígenas brasileiras de modo a inseri-las no quadro internacional de discussão de tipologias e teorias lingüísticas.

O programa em apreço, de grande monta, pois envolve uma instituição religiosa aglutinadora, 12 grupos indígenas, representando 4 famílias lingüísticas e uma equipe de 7 pessoas sob a orientação de um mestre, não tem a qualidade acadêmica ou qualquer compromisso com as diretrizes de rigor metodológico e de produção de conhecimento científico que se julgavam estabelecidas.

Creio que, por uma questão ao menos de elegância e respeito, a comunidade que tanto se empenhou na gestão de uma política

laica, objetiva e transparente, portanto científica, das línguas e grupos indígenas brasileiros, deveria ser notificada da mudança radical de critérios e diretrizes, mudança essa que se torna patente pelo acolhimento e beneplácito aos projetos em foco.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 1992.



Yonne de Freitas Leite

Pesquisador 1A - CNPq

a respeito de conjunto de projetos de pesquisa sobre linguística indígena

INSTITUTO SOLIDAMBENTAL	
data	/ /
cod.	53D00049

especificamente, os seguintes projetos:

1. Projeto de pesquisa visando a análise fonológica de língua Haka - Hupda (nº 2557/9/02)  
 Pesquisadores Isaac Costa de Souza  
 Elias Coelho de Assis  
 Lenita de Paula Souza Assis
2. Projeto de pesquisa sociolinguística visando o impresso na tribo surui do Pará  
 Responsável - Isaac Costa de Souza  
 Edilson Renzetti  
 Marilena Contre Renzetti
3. Pesquisa sociolinguística nas tribos Nakuuni, Poyanawa, Awakawa, Kaxinawa, Papavô, Matis e Anara do Acre. (nº 3374/88/5)  
 Responsável - Isaac Costa de Souza  
 Daniel Fabricio  
 Vera Marri Fabricio
4. Relatório de pesquisa realizada na aldeia Asurini do Trocará  
 Daniel Fabricio  
 Edilson Renzetti

Estes documentos retratam um estágio de inquérito que pode ser útil como etapa preliminar a estudos linguísticos propriamente ditos.

Os pesquisadores contam com um cuidadoso roteiro pré-estabelecido de quesitos sobre uso de língua nativa e portuguesa e atitudes com respeito às duas línguas. A aplicação desse roteiro desemboca num retrato do estágio de perda da língua nativa e substituição pela língua portuguesa. Este tipo de resultado de estudo se vê realizado no documento 4 (Asurini do Trocará).

Quanto a resultados de investigação propriamente linguística, nada há nesta documentação, uma vez que o único documento fornecido como exemplo de Relatório e não apenas Projeto, o nº 4 (Asurini do Trocará) traz somente um quadro de sons da fala e um Formulário Padrão para informações lexicais de 272 linhas, que dá apenas pouco mais de cem palavras e pouquíssima matéria-prima para apreensão da

gramática da língua.

Os documentos permitem concluir que a investigação linguística não é o objetivo destes projetos, pois as bibliografias fornecidas em todos os quatro documentos nem sequer mencionam a questão do modelo teórico ou da metalinguagem gramatical que a pesquisa linguística assumiria como fundamento.

Outro dado que mostra não se tratar de um conjunto de projetos de pesquisa linguística é que os pesquisadores nomeados <sup>(como responsáveis)</sup> não são linguistas, uma vez que apenas um deles, Isaac Costa de Souza, tem mestrado, sendo os demais apenas cursos de treinamento não universitário dados pelo Summer Institute of Linguistics.

Em resumo, os projetos e relatórios em exame permitem obter informações demográficas sobre uso de língua, uma documentação reduzidíssima sobre aspectos fonéticos e lexicais da língua, e nada de semelhante à investigação de língua propriamente dita.

Miriam Lemle

Rio de Janeiro, 6/6/92